

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, ETC.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefone 36 69 12



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPRENSA DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ	24. JAN. 1980	DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Executivo tem problemas com Ministério Público

Fundação Cuidar o Futuro

O Governo está a deparar com dificuldades nas relações com o Conselho Superior do Ministério Público, soube o «Correio da Manhã» junto de uma fonte próxima de magistrados afectos à AD. O primeiro sintoma foi deixado perceber através da recusa em fornecer magistrados à equipa governamental de Sá Carneiro.

No entanto, os governos anteriores também requisitaram magistrados, não lhes tendo sido negado o pedido, como aconteceu agora, sob o pretexto de que «há falta de magistrados». Esta situação dificilmente poderá ser resolvida dada a auto-

nomia de que goza o Conselho Superior relativamente ao Governo.

Por outro lado, a conotação política dos magistrados que compõem o referido Conselho «é, por si só, inibidora de qualquer esperança de entendimento», afirmou a nossa fonte. «Que se pode esperar do vice-procurador-geral da República, dr. Pedro de Macedo, ministro da Justiça do Governo Pintasilgo, conotado com forças do MDP/CDE?», pergunta o nosso interlocutor. O Governo não tem poderes para o afastar do cargo. Pedro Macedo é responsável por grande parte do Ministério Público e dos tribunais portugueses.

Por outro lado, o «dr. Aralla Chaves, actual procurador-geral da República, foi nomeado para aquele cargo via Mário Soares», acrescentou a nossa fonte. Além disso, «alguns membros do Conselho Superior do Ministério Público são delegados do procurador da República propostos pelo Sindicato dos Magistrados». Este sindicato, filiado na CGTP/Intersindical, não tem existência legal, uma vez que os seus estatutos não foram publicados quer no «Diário da República» quer no boletim do Ministério do Trabalho.

«É interessante ainda notar que tem cabido à

iniciativa da Procuradoria-Geral da República, através do Departamento de Relações Públicas, a responsabilidade de levar a tribunal jornalistas por alegados crimes de Imprensa», disse-nos ainda a nossa fonte. No entanto, tal não aconteceu durante os Governos Nobre da Costa e Mota Pinto. Esta «coincidência» deixa entender certas relações esclarecedoras. De notar, por exemplo, que a participação que levou o «cartoonista» Augusto Cid a tribunal partiu daquele Departamento e não da Presidência da República. São responsáveis por aquele Departamento os drs. Xancora Camotim e Vera Bacelar.

